



DISPENSA ELETRÔNICA

MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA 018/2025
LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133/2021 – Art. 75, Inciso II e REGULAMENTOS MUNICIPAIS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 9881/2025
PARTICIPAÇÃO: <u>AMPLA CONCORRÊNCIA</u>
DATA DE INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 08/05/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 09h00min às 15h00min
LOCAL: Sistema de Compras do Licitanet – https://licitanet.com.br/

O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, com sede na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, por meio da Comissão Permanente de Licitação, realizará a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de **Dispensa Eletrônica** e seus anexos, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decretos Municipais nº 009 e nº 010 de 18 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a assinatura e/ou renovação da licença de softwares e aplicativos voltados para edição e pós-produção de imagens estáticas e em movimento (fotos e vídeos), para produção de peças publicitárias, de cunho jornalístico, publicitário e informativo, como: Coreldraw, Pacote Adobe Creative Cloud para criação de conteúdo solicitado e o Google Drive para Armazenamento de Conteúdo, para uso interno da Superintendência de Comunicação Social, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. Secretaria Requisitante: **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM**

1.3. A licitação será dividida em **ITENS** seguindo a tabela constante do termo de referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. A contratação ocorrerá conforme descrição constante no Termo de Referência anexo a este edital.

1.4.1. O valor máximo da presente contratação é de **R\$ 22.304,04 (vinte e dois mil trezentos e quatro reais e quatro centavos)**.

1.4.2. As despesas decorrentes da aquisição da prestação do serviço ocorrerão à conta de recursos



específicos consignados no orçamento municipal do exercício de 2026.

1.5. O critério de julgamento adotado será o **menor preço** observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Licitanet, disponível no endereço eletrônico – <https://licitanet.com.br/>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Sistema de Compras Licitanet, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;



2.3.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

2.3.6. microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3. DA RETIRADA DO EDITAL:

2.3.1. As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Aviso por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>, bem como na sala do Setor de Licitações localizada à Avenida John Kennedy, nº 120 – Centro – Araruama.

2.3.2. As retiradas do Aviso também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet, através do link – <https://licitanet.com.br/>.

2.4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

2.4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item:

2.4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta observando as seguintes disposições para elaboração do seu valor e posterior julgamento.

2.4.3. A proposta deverá observar a disposição dos subitens anteriores e conter a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, sendo cadastrada até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

a. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

a. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 4

meses.

2.4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

2.4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

2.4.10. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.4.11. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

2.4.12. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

2.4.13. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

2.4.14. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

2.4.15. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.4.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

a. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

b. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;

c. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

d. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso de Dispensa Eletrônica.



3. FASE DE LANCES

3.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.2.1. O lance deverá ser ofertado em conformidade com o que dispõe o item 3.2.

3.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **R\$ 0,01 (um centavo)**.

3.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 6

dispensa eletrônica.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.3.1. Para o envio da proposta o fornecedor deverá utilizar-se do modelo constante no anexo III deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3.2. A proposta enviada pelo fornecedor deverá contemplar em seu valor toda a descrição dos serviços a serem executados, respeitando o limite de valor estimado do Termo Referência;

4.3.3. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

4.3.4. Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 7

esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.13. A dispensa eletrônica é composta de um único item e o critério de julgamento das propostas será o de menor preço, observando as disposições contidas no item 3.2 e seus subitens.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria – Geral da União. (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 8

(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO



6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente será de 30 (trinta dias) contados a partir da adjudicação do objeto ao vencedor e poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

6.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência anexo a este Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses;

7.1.1. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

7.1.2. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

7.2. Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução da aquisição, bem como não causem prejuízos à Administração.

7.3. As sanções de impedimentos de licitar e contratar com Administração Pública ocorrerá nos termos deste artigo, e nos demais que couber.

7.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

7.4.1. dar causa à inexecução parcial, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.4.2. dar causa à inexecução;

7.4.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- 7.4.4.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.4.5.** não entregar a documentação exigida para a aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.4.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.5.** A sanção prevista no item 7.4 deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Buritis-RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 7.6.** A sanção de que trata o item 7.4 deste artigo quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Araruama-RJ.
- 7.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 7.7.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 7.7.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento;
- 7.7.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.7.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.7.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 14.8. O disposto nos artigos acima não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.
- 7.8.** A multa a ser calculada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado ou celebrado.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1.** O procedimento será divulgado no Portal da Transparência do município, Sistema de Compras do Licitanet, através do endereço: <https://licitanet.com.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 8.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 8.2.1.** republicar o presente edital com uma nova data;
- 8.2.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 8.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 8.2.3.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 11

habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.12. Havendo qualquer discordância ou divergência na especificação entre o código do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá do Termo de Referência.

8.13. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 12

8.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;

8.13.3. ANEXO III – Modelo Proposta de Fornecimento;

8.13.4. ANEXO IV – Valor Estimado.

8.13.5. ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Araruama/RJ, 05 de maio de 2026.

CRISTIANE MEIRELIES LOPES

CHEFE DE GABINETE



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

1.1.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

1.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

1.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.

1.1.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.1.7 CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

1.2.4 Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

1.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.6 Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou



sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

1.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

1.2.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

1.3.1.1 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

1.3.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

1.3.2 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas**, ou a **Certidão dos Cartórios da Comarca** para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

1.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.3.3.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):



- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Sociedade criada no exercício em curso:
- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

III. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

1.3.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o **modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira)**, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL



$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

Onde:

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

$$ILC = AC / PC$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

1.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1 As empresas vencedoras da fase de lances deverão apresentar "Atestado de Capacidade Técnica" fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços e/ou fornecimento de objetos compatíveis com o objeto.

1.4.2 A empresa, vencedora do item 01, deverá fornecer o Certificado de Licenciamento, contendo número de série/chave de ativação e conta de e-mail (se aplicável), com possibilidade de verificação de autenticidade junto à fabricante (Corel Corporation)

1.4.3 A empresa, vencedora do item 02, deverá apresentar, Carta de Autorização ou Certificado de Revenda Autorizada Adobe (Adobe Certified Reseller) para a modalidade 'Governo', vigente na da do certame.

1.4.3.1 Não serão aceitas licenças educacionais (EDU) ou comerciais (Commercial) para uso institucional."

1.4.4 A empresa, vencedora do item 03, deverá apresentar, Declaração emitida pelo fabricante (Google) ou documento idôneo que comprove ser a licitante uma revenda autorizada (Google Partner) apta a comercializar licenças de software.

1.4.5 A não apresentação dos documentos listados nos itens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3 ou a comprovação de licença irregular (pirataria) implicará na desclassificação da proposta e sanções administrativas, conforme



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 17

§4º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

1.4.6 Além dos documentos listados nos itens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3, as empresas deverão apresentar Declaração de que o software é original, novo e licenciado;

1.4.6.1 A Declaração acima mencionada deverá ser apresentada pelas empresas vencedoras de todos os itens.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Assinatura e/ou renovação da licença de softwares e aplicativos voltados para edição e pós-produção de imagens estáticas e em movimento (fotos e vídeos), para produção de peças publicitárias, de cunho jornalístico, publicitário e informativo, como: Coreldraw, Pacote Adobe Creative Cloud para criação de conteúdo solicitado e o Google Drive para Armazenamento de Conteúdo, para uso interno da Superintendência de Comunicação Social, conforme as especificações, coberturas, condições, obrigações e demais exigências descritas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licença CorelDraw	UND	3	R\$ 1.655,00	R\$ 4.965,00
2	Pacote Adobe Creative Cloud	UND	3	R\$ 4.758,40	R\$ 14.275,20
3	Google Drive 5 TB	UND	2	R\$ 1.531,92	R\$ 3.063,84

2. FUNDAMENTAÇÃO

Tendo em vista que o Departamento de Publicidade produz todas as demandas gráficas da Prefeitura de Araruama e não possui o software licenciado legalmente, houve a urgente necessidade de esta Superintendência adquirir os programas Coreldraw, Pacote Adobe Creative Cloud para criação de conteúdo solicitado e o Google Drive para Armazenamento de Conteúdo e arquivos de Atos Oficiais.

O CorelDRAW é um software líder de mercado em design gráfico vetorial, essencial para a criação de logotipos, cartazes, banners, flyers, artes para redes sociais, infográficos e outros materiais de comunicação visual com acabamento profissional. A qualidade estética dos materiais impacta diretamente na percepção da imagem da Prefeitura perante a população.

O software oferece um conjunto abrangente de ferramentas para ilustração vetorial, layout de página, edição de fotos e tipografia. Essa versatilidade permite que a equipe do Setor de Comunicação desenvolva uma ampla gama de materiais, desde peças simples até projetos gráficos mais complexos, dentro de um único ambiente de software.

A utilização de um software dedicado e eficiente como o CorelDRAW agiliza o processo de criação e edição de materiais visuais. Ferramentas intuitivas, recursos de automação e a possibilidade de trabalhar com múltiplos elementos de forma precisa contribuem para um fluxo de trabalho mais eficiente e um aumento significativo na produtividade da equipe.

Com o CorelDRAW, o Setor de Comunicação ganha maior autonomia na criação de suas peças, reduzindo a dependência de serviços externos de design. Isso proporciona maior flexibilidade para realizar alterações rápidas, adaptar materiais a diferentes plataformas e responder de forma ágil às demandas de comunicação da Prefeitura.

Vale destacar que, a opção pelos programas Adobe Creative Cloud, justifica-se também por serem as ferramentas de Design Gráfico utilizadas como referência no mercado de publicidade e design na maior parte do mundo. Deste modo, a adoção de outro programa causará perda de arquivos e dados de materiais



já produzidos por esta Assessoria de Comunicação Social, além de impossibilitar qualquer intercâmbio de documentos entre agentes externos.

Considerando o Princípio da Publicidade para a funcionalidade do Departamento de Assessoria de Comunicação sendo a produção e criação de conteúdos, peças publicitárias e layouts, tanto para impressão quanto para a web, além da criação de identidades visuais, fundamental para o interesse público.

Além disso, sem a publicidade e transparência de seus atos, o poder público descamba em descontrole e arbitrariedade. A divulgação direta de todos os atos e ações institucionais, campanhas sócio-educativas e outras promovidas pela Prefeitura de Araruama e todas as suas secretarias, é idealizada e produzida na Comunicação Social, através do Departamento de Publicidade, portanto, se faz necessário a aquisição de softwares de design gráfico, a fim de facilitar a produção do setor.

Já a Solicitação de dois pacotes de 5TB de armazenamento no Google Drive visa fornecer à Superintendência de Comunicação da Prefeitura de Araruama uma infraestrutura de armazenamento digital, capaz de suportar o volume atual e futuro de arquivos, otimizar a colaboração entre as equipes e garantir a segurança e a integridade dos dados essenciais para a comunicação municipal.

A aquisição de dois pacotes de 5TB reduz significativamente o risco de atingir o limite de armazenamento em um curto período, o que poderia impactar a capacidade da equipe de criar, editar e armazenar novos conteúdos, além de gerar custos adicionais para expansão futura. Tendo em vista que uma conta de armazenamento do Google será administrada pelo Departamento de Imprensa e a outra pelo Departamento de Administração, vez que armazena todos os arquivos dos Atos Oficiais da Prefeitura.

Diante do exposto, JUSTIFICA-SE a necessidade desta aquisição visando atender as demandas de informação auxiliando a Superintendência de Comunicação Social no exercício de suas atividades. A solicitação se faz necessária, para divulgação de ações e eventos da Prefeitura, assim como campanhas desenvolvidas pela Comunicação, comunicação visual e audiovisual, para publicidade nos canais de comunicação e redes sociais.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 A presente contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, sob a forma de dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação é inferior ao limite legal vigente, atualizado pelo Decreto nº 11.871/2023.

A adoção da dispensa eletrônica mostra-se adequada à natureza do objeto, que consiste no fornecimento de licenças de softwares padronizados, amplamente disponíveis no mercado, permitindo a obtenção de propostas competitivas de forma célere, eficiente e transparente, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

A seleção da proposta mais vantajosa será realizada com base no critério de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a divisibilidade do objeto e a possibilidade de ampliação da competitividade, permitindo a participação de diferentes fornecedores para cada item.

O modo de disputa será aberto, por meio de lances sucessivos em ambiente eletrônico, conforme regulamentação aplicável à dispensa eletrônica, garantindo maior competitividade e transparência ao procedimento.



3.2 A contratação direta fundamenta-se no baixo valor estimado da contratação, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, não se configurando fracionamento indevido de despesa, mas sim atendimento a demanda específica e devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar.

3.3 A escolha do fornecedor será realizada por meio de procedimento de dispensa eletrônica, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, mediante disputa entre interessados devidamente habilitados.

A futura contratada deverá demonstrar capacidade técnica compatível com o objeto, especialmente quanto ao fornecimento de licenças originais, válidas e com suporte do fabricante, bem como regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

3.4 O preço estimado da contratação foi obtido com base em pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Compras, refletindo valores compatíveis com aqueles praticados no mercado para soluções equivalentes, conforme demonstrado no processo administrativo.

A compatibilidade do preço contratado será assegurada por meio da disputa eletrônica, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

A presente contratação está alinhada às necessidades tecnológicas e de negócio da Superintendência de Comunicação Social, tendo em vista a necessidade de utilização de ferramentas digitais adequadas para a produção, edição, armazenamento e gestão de conteúdos institucionais.

A solução a ser contratada apoiará diretamente as atividades de criação de peças gráficas, produção audiovisual, armazenamento de arquivos institucionais e gestão de conteúdos digitais, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional, da qualidade das entregas e da capacidade de resposta às demandas institucionais.

A utilização de softwares amplamente consolidados no mercado assegura maior confiabilidade, segurança da informação, compatibilidade com formatos utilizados por outros órgãos e agentes externos, bem como continuidade dos serviços prestados.

A solução é compatível com a infraestrutura tecnológica existente no órgão, não demandando adaptações estruturais ou aquisição de equipamentos adicionais, sendo executada integralmente em ambiente digital, por meio de licenciamento e acesso remoto.

5. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC

Considerando que a presente contratação envolve o fornecimento de licenças de softwares padronizados, disponibilizados no mercado sob a forma de serviço (SaaS), os requisitos técnicos são definidos de forma simplificada e proporcional à complexidade do objeto.

Não se aplica à presente contratação a definição de arquitetura tecnológica própria, contagem de pontos de função, desenvolvimento de sistemas ou transferência estruturada de conhecimento.

Aplicam-se, entretanto, os seguintes requisitos:

- As licenças deverão ser originais, válidas e fornecidas por meio oficial do fabricante ou de revendedor autorizado;



- Deverão garantir acesso integral às funcionalidades contratadas durante todo o período de vigência;
- Deverão contemplar suporte técnico padrão do fabricante;
- Deverão permitir atualização de versões (updates e upgrades), quando disponibilizadas;
- Deverão operar em ambiente compatível com os sistemas e equipamentos já utilizados pela Administração;
- Deverão assegurar níveis adequados de disponibilidade e acesso, conforme padrão de mercado para soluções em nuvem.

Não se aplica a exigência de níveis mínimos de serviço (NMS) formalizados, sendo suficiente a observância dos padrões usuais de desempenho e disponibilidade praticados pelo fabricante.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da contratação foi analisado, porém concluiu-se pela sua não adoção, tendo em vista as características específicas do objeto e a necessidade de garantir maior eficiência na gestão contratual.

Embora os itens que compõem a contratação sejam, em tese, passíveis de fornecimento por diferentes empresas, a execução integrada da solução mostra-se mais adequada ao interesse público, considerando a necessidade de padronização das ferramentas utilizadas pela Superintendência de Comunicação Social, bem como a racionalização dos procedimentos administrativos relacionados à gestão, controle e fiscalização do contrato.

A contratação de um único fornecedor possibilita maior uniformidade na prestação do suporte técnico, reduzindo a ocorrência de incompatibilidades operacionais e facilitando a resolução de eventuais problemas, além de permitir maior celeridade na comunicação e no atendimento às demandas da Administração.

Ademais, a centralização contratual contribui para a simplificação dos processos de gestão, acompanhamento e fiscalização, evitando a fragmentação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores, o que poderia comprometer a eficiência da execução contratual.

Ressalta-se, ainda, que a não adoção do parcelamento não compromete a competitividade do certame, considerando a existência de fornecedores no mercado aptos a fornecer, de forma conjunta, as licenças pretendidas, seja diretamente ou por meio de revenda autorizada.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

7. DO CONSÓRCIO

7.1 Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente contratação.

7.2 A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de licenças de softwares padronizados, amplamente disponíveis no mercado, não demandando complexidade técnica, operacional ou financeira que justifique a formação de consórcio.

Trata-se de contratação de baixo valor e de execução simples, plenamente compatível com a atuação de empresas individualmente consideradas, não havendo ganho de competitividade ou eficiência que



justifique a admissão de consórcios.

Ademais, a vedação contribui para a simplificação da gestão e fiscalização contratual, evitando a necessidade de gerenciamento de responsabilidades compartilhadas entre múltiplas empresas, o que poderia dificultar a execução e o acompanhamento do contrato.

Dessa forma, a restrição mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, não comprometendo a competitividade do certame.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada consiste no fornecimento de licenças de softwares especializados para edição, criação e tratamento de imagens estáticas e em movimento (fotos e vídeos), bem como para armazenamento em nuvem de arquivos digitais institucionais, destinados ao atendimento das demandas da Superintendência de Comunicação Social.

A solução deverá contemplar, de forma integrada, ferramentas que possibilitem a produção de peças gráficas, conteúdos audiovisuais, materiais institucionais e publicitários, além de recursos para armazenamento seguro, organização e compartilhamento de arquivos digitais, garantindo suporte às atividades de comunicação institucional.

As licenças deverão ser fornecidas na modalidade de assinatura, com acesso contínuo às funcionalidades contratadas durante todo o período de vigência, incluindo atualizações, correções e suporte técnico padrão disponibilizado pelo fabricante.

A solução deverá ser compatível com os equipamentos e sistemas atualmente utilizados pela Administração, bem como com os formatos de arquivos já adotados pelo setor, assegurando a continuidade dos trabalhos desenvolvidos, a interoperabilidade com conteúdos existentes e a integração com fluxos de trabalho já estabelecidos.

Deverá, ainda, garantir:

- acesso integral às funcionalidades contratadas;
- armazenamento em nuvem com capacidade compatível com as necessidades do órgão;
- segurança da informação, com controle de acesso e proteção de dados;
- disponibilidade de acesso remoto;
- confiabilidade e estabilidade de operação conforme padrões de mercado.

Durante o ciclo de vida da contratação, a solução deverá assegurar o pleno funcionamento das ferramentas, a manutenção das funcionalidades contratadas e a atualização contínua das versões, quando disponibilizadas pelo fabricante.

Ao término da vigência contratual, deverá ser assegurado à Administração o acesso aos dados armazenados, de forma a permitir sua extração, backup ou migração para outra solução, quando necessário, sem prejuízo à continuidade das atividades institucionais.

As especificações técnicas adotadas observam critérios de desempenho, qualidade, segurança e adequação às necessidades da Administração, evitando exigências excessivas ou restritivas à competitividade, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.



9. DA EXECUÇÃO

A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento de licenças de software, na modalidade de assinatura, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1 Todos os atos relacionados à execução contratual, incluindo a entrega de documentos, apresentação de orçamentos e demais comunicações formais entre as partes, deverão ocorrer em dias úteis, no horário compreendido entre 09h e 18h, junto ao setor competente da Administração.

9.2 Após o recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá disponibilizar as licenças no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**.

9.3 A disponibilização das licenças ocorrerá por meio digital, mediante envio de login, senha, chaves de acesso ou outro meio eletrônico equivalente, por e-mail ou outro canal oficial previamente definido entre as partes.

9.4 O recebimento provisório será realizado no ato da disponibilização das licenças, para fins de verificação preliminar quanto à conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5 A verificação da conformidade será realizada por servidor designado, que procederá à análise dos requisitos técnicos, incluindo a validade das licenças, acesso às funcionalidades contratadas e regularidade junto ao fabricante.

9.6 Caso sejam identificadas desconformidades, o fornecedor deverá promover a regularização no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação formal pela Administração.

9.7 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade das licenças e o pleno atendimento às exigências contratuais, mediante atesto do servidor responsável.

9.8 Para fins de pagamento, será considerado o objeto devidamente entregue, aceito e atestado pelo servidor competente, condicionada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

10. DA GARANTIA

10.1 As licenças fornecidas deverão contar com garantia, suporte técnico e direito de atualização durante todo o período de vigência contratual, correspondente a 12 (doze) meses.

10.2 A contratada deverá assegurar o fornecimento de licenças originais, válidas e plenamente utilizáveis durante toda a vigência do contrato, garantindo o acesso integral às funcionalidades contratadas.

10.3 Deverá ser disponibilizado suporte técnico padrão do fabricante, incluindo correções, atualizações (updates e upgrades) e manutenção da solução, sem custos adicionais para a Administração.

10.4 Todas as licenças deverão possuir comprovação de autenticidade, devendo ser fornecidas por meio oficial do fabricante ou de revendedor autorizado.

10.5 As licenças deverão ser completas e autossuficientes, permitindo a utilização de todas as funcionalidades previstas, sem a necessidade de aquisições adicionais para o pleno funcionamento da solução contratada.

10.6 A contratada será responsável por garantir a regularidade das licenças junto ao fabricante, respondendo por eventuais irregularidades, bloqueios ou limitações de uso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 24

10.7 Caso sejam identificadas falhas, irregularidades, indisponibilidade ou qualquer restrição de acesso às funcionalidades contratadas, a contratada deverá promover a regularização no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação pela Administração, sem ônus adicional.

10.8 Durante a vigência contratual, deverá ser assegurada a continuidade do serviço, com níveis de disponibilidade compatíveis com os padrões de mercado para soluções em nuvem, não sendo admitidas interrupções injustificadas que comprometam as atividades da Administração.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	Licença CorelDraw	UND	3
2	Pacote Adobe Creative Cloud	UND	3
3	Google Drive 5 TB	UND	2

12. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licença CorelDraw	UND	3	R\$ 1.655,00	R\$ 4.965,00
2	Pacote Adobe Creative Cloud	UND	3	R\$ 4.758,40	R\$ 14.275,20
3	Google Drive 5 TB	UND	2	R\$ 1.531,92	R\$ 3.063,84

O valor estimado da presente contratação é de **R\$ 22.304,04 (vinte e dois mil, trezentos e quatro reais e quatro centavos)**, conforme cotação de preços realizada pelo Departamento de Compras deste Município.

A estimativa foi elaborada com base em levantamento de mercado, observando-se os parâmetros usuais de precificação para o objeto pretendido, de modo a refletir valores compatíveis com aqueles praticados no mercado e atender aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informações orçamentárias:

Órgão: 04131 Superintendência de Comunicação Social

Unidade Orçamentária: 02.01

Natureza da despesa: 3.3.90.40.00.00.00

Fonte: 1704 Transferências da União.

As despesas decorrentes do presente processo nº 9881/2025, estão previstas no PPA, dentro de Publicidade Institucional – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

14. RESERVA DE COTA E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



A presente contratação será destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que o valor estimado da contratação é inferior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A adoção do tratamento diferenciado mostra-se adequada à natureza do objeto, que consiste no fornecimento de licenças de software padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, permitindo a ampla participação de fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo à competitividade ou à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, não se aplica a reserva de cota, mas sim a exclusividade do certame, em conformidade com a legislação vigente.

15. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

15.1 O licitante deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações: Razão Social, e CNPJ; Quantitativo; Valor unitário, total do item e total geral da proposta; Descrição detalhada do objeto, item por item, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

15.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços;

15.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

15.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

15.5 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

15.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

16. AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E PROVA DE CONCEITO

Não será exigida a apresentação de amostra, a realização de exame de conformidade ou de prova de conceito para a presente contratação.

A dispensa dessas exigências justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de licenças de softwares padronizados, amplamente disponíveis no mercado, cujas funcionalidades e características são previamente conhecidas e comprováveis por meio de documentação técnica do fabricante.



Ademais, a verificação da conformidade será realizada no momento da disponibilização das licenças, por meio da validação de acesso, autenticidade, funcionalidades e regularidade junto ao fabricante, conforme previsto no item referente à execução contratual.

Dessa forma, a exigência de amostra ou prova de conceito mostra-se desnecessária e desproporcional, não contribuindo para a avaliação da proposta e podendo, inclusive, restringir indevidamente a competitividade do certame.

17. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

Para fins de habilitação, serão exigidos exclusivamente os documentos necessários e suficientes para comprovar a capacidade do fornecedor em executar o objeto da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Serão exigidos:

- I.** Habilitação jurídica, mediante apresentação de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- II.** Regularidade fiscal e trabalhista, mediante apresentação das certidões exigidas pela legislação vigente;
- III.** Qualificação econômico-financeira mínima, compatível com o objeto da contratação, quando aplicável.

A exigência de qualificação técnica será limitada à comprovação de aptidão para o fornecimento de licenças de software, podendo ser atendida mediante declaração do próprio fornecedor ou outros meios idôneos, vedadas exigências excessivas ou que restrinjam indevidamente a competitividade.

Não será exigida vistoria técnica prévia, tendo em vista que o objeto da contratação consiste em fornecimento de licenças digitais, não demandando verificação in loco ou conhecimento prévio de condições físicas para sua execução.

As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional à complexidade da contratação, observando-se os princípios da razoabilidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos, considerados necessários e indispensáveis ao atendimento da necessidade pública:

- I.** As licenças de software deverão ser originais, válidas e fornecidas por meio oficial do fabricante ou de revendedor autorizado;
- II.** As licenças deverão garantir acesso integral às funcionalidades contratadas durante todo o período de vigência;
- III.** Deverão contemplar suporte técnico padrão do fabricante, bem como atualizações e correções (updates e upgrades), quando disponibilizadas;
- IV.** As soluções deverão ser compatíveis com os equipamentos, sistemas operacionais e fluxos de trabalho atualmente utilizados pela Administração;



- V.** O fornecimento deverá ocorrer em formato digital, com disponibilização de login, senha, chaves de acesso ou outro meio equivalente;
- VI.** Deverá ser assegurada a continuidade do serviço durante toda a vigência contratual, sem interrupções que comprometam as atividades institucionais;
- VII.** A contratada deverá responsabilizar-se pela regularidade das licenças junto ao fabricante, inclusive quanto à sua validade, autenticidade e pleno funcionamento;
- VIII.** Deverão ser observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente no que se refere à propriedade intelectual e ao licenciamento de software;
- IX.** Ao término da vigência contratual, deverá ser assegurado à Administração o acesso aos dados armazenados, possibilitando sua extração, backup ou migração para outra solução, quando aplicável.

Não se aplica à presente contratação a necessidade de transição contratual complexa, tendo em vista tratar-se de fornecimento de licenças padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, sendo eventual substituição de fornecedor operacionalmente simples e sem impacto relevante na continuidade das atividades.

19. DO CONTRATO

A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser utilizada a Nota de Empenho como instrumento hábil para formalização da relação contratual, considerando a natureza e o valor da contratação.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da disponibilização das licenças ou da assinatura do instrumento contratual, conforme o caso.

Não será admitida a prorrogação contratual, tendo em vista que a contratação se refere ao fornecimento de licenças por período determinado, sendo necessária a realização de novo procedimento ao término da vigência, caso persista a necessidade da Administração.

Não haverá previsão de reajuste de preços, em razão da natureza da contratação e da vigência limitada a 12 (doze) meses, nos termos da legislação vigente.

O adjudicatário será convocado para assinatura do contrato ou ciência da Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

A formalização da contratação vinculará a contratada às condições estabelecidas neste Termo de Referência, à proposta apresentada e à legislação aplicável.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 Não será exigida a prestação de garantia contratual para a presente contratação.

20.2 A dispensa da garantia justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de licenças de software padronizadas, de baixa complexidade e baixo risco de inadimplemento, bem como do valor reduzido da contratação.

Ademais, a execução contratual não envolve obrigações de elevada complexidade técnica, riscos relevantes



à Administração ou necessidade de mobilização significativa de recursos por parte da contratada, não se mostrando necessária a exigência de garantia para assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas.

A não exigência de garantia contratual está em consonância com os princípios da razoabilidade, da economicidade e da eficiência administrativa, evitando a imposição de ônus desnecessário aos licitantes e favorecendo a ampliação da competitividade.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 Encaminhar a Nota de Empenho a licitante vencedora assim que finalizada a fase de formalização da contratação/Aquisição;

21.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante;

21.3 Proporcionar todas as facilidades para que a licitante possa desempenhar os compromissos assumidos;

21.4 Comunicar oficialmente a licitante toda e qualquer ocorrência em desacordo com o cumprimento das obrigações assumidas;

21.5 Notificar a licitante, por escrito, sobre imperfeições, falhas, eventuais atrasos e irregularidades constatadas na execução do objeto desse Termo de Referência para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

21.6 Exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados no Termo de Referência e da proposta apresentada, avaliando, também, a qualidade do objeto deste Termo, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte;

21.7 Efetuar o pagamento a empresa licitante vencedora do certame após apresentação da nota fiscal e atesto pelo servidor designado pela Superintendência de Comunicação Social

21.8 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 Executar a prestação dos serviços ou fornecimento de material/equipamento de primeira qualidade, de acordo com a quantidade e especificações apresentadas na proposta e que atendam as solicitações deste Termo de Referência e legislação vigente;

22.2 Comunicar à Superintendência de Comunicação Social todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material/equipamento e serviços prestados no que diz respeito às especificações, condições da cobertura ou outros assuntos relacionados ao objeto deste Termo;

22.3 Providenciar e sanar de forma imediata as deficiências ou irregularidades em desconformidade com o objeto deste Termo de Referência, apontadas pela contratante;

22.4 Arcar com eventuais prejuízos causados a terceiros decorrentes de ineficiências ou irregularidades cometidas na execução do objeto deste Termo de Referência;

22.5 Executar os serviços, verificações técnicas e reparos e/ou substituições por meio de técnicos comprovadamente especializados, responsabilizando-se pelo serviço prestado ou matérias/equipamentos fornecidos;



22.6 Dar plena garantia e qualidade dos serviços prestados e materiais/equipamentos fornecidos, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos referentes aos itens apresentados em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência;

22.7 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega e outros;

22.8 Manter válidas todas as Certidões Negativas de Débito, durante toda a execução do objeto deste termo.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1 Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

23.2 A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de licenças de software padronizadas, exigindo responsabilidade direta da contratada quanto à regularidade, autenticidade e pleno funcionamento das licenças junto ao fabricante.

A eventual subcontratação poderia comprometer a rastreabilidade das licenças, dificultar a identificação de responsabilidades em caso de falhas, irregularidades ou indisponibilidade dos serviços, bem como prejudicar a gestão e a fiscalização contratual.

Ademais, trata-se de objeto de baixa complexidade, amplamente disponível no mercado, sendo plenamente possível sua execução direta por empresas individualmente consideradas, não havendo justificativa técnica ou econômica para a admissão de subcontratação.

Dessa forma, a vedação mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, não comprometendo a competitividade do certame.

24. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

24.1 A presente contratação não envolve o desenvolvimento de sistemas, softwares ou produtos intelectuais sob encomenda, não havendo, portanto, transferência de titularidade de direitos autorais ou de propriedade intelectual à Administração.

24.2 As licenças de software contratadas serão utilizadas nos termos das condições estabelecidas pelo fabricante, cabendo à Administração o direito de uso durante o período de vigência contratual, vedada sua reprodução, cessão ou utilização em desacordo com os termos de licenciamento.

A contratada deverá assegurar que as licenças fornecidas respeitam integralmente os direitos autorais e de propriedade intelectual, responsabilizando-se por eventuais irregularidades ou violações.

Considerando que a solução poderá envolver o armazenamento de arquivos digitais em ambiente de nuvem, a contratada deverá observar as boas práticas de segurança da informação, garantindo a proteção dos dados armazenados, inclusive quanto ao controle de acesso, integridade e disponibilidade das informações.

A contratada deverá manter sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos a que venha a ter acesso em razão da execução contratual, não podendo utilizá-los para finalidade diversa da execução do objeto, sob pena de responsabilização.



25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1 A fiscalização será feita pela servidora Daisimar Nogueira Pereira Pinto, que fará os testes adequados de modo a atestar a devida e correta execução do serviço. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a contratada determinando o prazo para correção.

26. CRITÉRIOS DE PRAZO E MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

26.1 A medição da execução do objeto será realizada com base na efetiva disponibilização das licenças de software, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

26.2 A comprovação da execução dar-se-á mediante a disponibilização de acesso às licenças (login, senha, chaves ou meios equivalentes), bem como a verificação de sua regularidade e funcionamento pelo servidor designado.

26.3 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor competente, após o recebimento definitivo do objeto.

26.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

26.5 Para fins de pagamento, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, devendo as certidões estar válidas na data do pagamento.

26.6 O atesto da Nota Fiscal constitui condição indispensável para o pagamento e será realizado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato ou, em sua ausência, por seu substituto legalmente designado.

26.7 A Administração poderá suspender o pagamento caso sejam constatadas inconsistências na Nota Fiscal, divergências em relação à Nota de Empenho ou desconformidade na execução do objeto, até a devida regularização pela contratada.

26.8 Na hipótese de inexecução parcial ou execução em desacordo com as especificações, poderá haver glosa proporcional do valor devido, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

27. DAS SANÇÕES

27.1 A Contratada que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida em edital de licitação e/ou contrato firmado por esta Administração fica sujeita às seguintes sanções administrativas, Advertência, Multa, impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de três anos, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos conforme definido no Artigo 155 da Lei Nº 14133/2021.

- a) Advertência será aplicada, exclusivamente, nos casos que a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, por desídia administrativa ou qualquer outra falha administrativa quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme Inciso I do caput do artigo 156 c/c inciso I do caput do artigo 155.
- b) Multa não inferior a 0.5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 31

nos incisos do artigo 155 da Lei 14133/2021, der causa será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I.** Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas pela Contratada.
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- II.** Multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas pela Contratada.
 - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão, ou inexecução total, por inadimplência da empresa contratada:
 - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão, ou inexecução total, por inadimplência da empresa contratada:
 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- c)** A sanção de impedimento de licitar e contratar aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta lei, quando não se justificar a imposição de penalidades mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - dar causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 32

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “c”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - dar causa à inexecução total do contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

27.2 Em qualquer das penalidades acima será respeitado o Direito ao contraditório e a ampla defesa.

28. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO

28.1 Não foram identificadas condições adicionais relevantes à execução do objeto além daquelas já previstas nos itens anteriores deste Termo de Referência.

28.2 Eventuais situações não previstas deverão ser resolvidas de comum acordo entre as partes, observando-se a legislação vigente, os princípios da Administração Pública e o interesse público.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 33

O presente Termo de Referência integra o processo de contratação, devendo ser interpretado em conjunto com o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos, quando aplicáveis.

As disposições constantes deste Termo de Referência deverão ser interpretadas em favor da ampliação da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia entre os interessados e a segurança da contratação.

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se apenas os dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público.

Em caso de divergência entre as disposições constantes deste Termo de Referência e os demais documentos do processo, prevalecerão aquelas estabelecidas no instrumento convocatório e, posteriormente, no contrato ou instrumento equivalente.

A Administração poderá revogar o procedimento por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada.

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios que regem a Administração Pública.

Araruama, 13 de abril de 2026

Daisimar Nogueira Pereira Pinto
Responsável por elaborar o Termo de Referência

Autorizado por:

Melina Antunes da Silva
Superintendente de Fase Preparatória

Ilziane Launé
Superintendente de Comunicação Social



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 34

ANEXO III

MODELO PROPOSTA

Dispensa Eletrônica nº xxx/2025

Entidade: Secretaria Municipal de _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual/Municipal:
- Endereço Completo:
- Telefone:
- E-mail:

2. OBJETO

O objeto é a _____, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Aviso de Dispensa Eletrônica** e seus anexos, em conformidade com o Termo de Referência:

ITEM	MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LICENÇA CORELDRAW	03	UN		
02	PACOTE ADOBE CREATIVE CLOUD	03	UN		
03	GOOGLE DRIVE 5 TB	02	UN		
	VALOR TOTAL				

3. COMPROMISSOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 35

- a) Declaramos que estamos cientes e de pleno acordo com a descrição dos serviços constante no Termo de Referência da contratação.
- b) Declaramos que nos valores propostos estão incluídos todos os custos com transporte, frete, taxas, impostos ou quaisquer outros valores que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.
- c) Proposta com validade de XX (XXXXXX) dias.

4. INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- Representante Legal:
- CPF:
- RG: Órgão Emissor:
- Endereço Residencial Completo:

5. DADOS PARA PAGAMENTO

- Banco:
- Agência:
- Conta Corrente:

Araruama, ____ de _____ de 202X.

Responsável Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 36

ANEXO IV

VALOR ESTIMADO

ITEM	MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	LICENÇA CORELDRAW	03	UN	R\$ 1.655,00	R\$ 4.965,00
02	PACOTE ADOBE CREATIVE CLOUD	03	UN	R\$ 4.758,40	R\$ 14.275,20
03	GOOGLE DRIVE 5 TB	02	UN	R\$ 1.531,92	R\$ 3.063,84
	VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 22.304,04	



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO Nº/...., DE CONTRATAÇÃO DE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE E

MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº _____, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente *Edital* nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LICENÇA CORELDRAW	03	UN		
02	PACOTE ADOBE CREATIVE CLOUD	03	UN		
03	GOOGLE DRIVE 5 TB	02	UN		
	VALOR TOTAL				

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;



1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário do orçamento estimado de acordo com XXXX.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de xx (xxxx) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições



de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 *O valor da contratação é de R\$ (.....).*

5.2 *No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*

5.3 *Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 *Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;

b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) as indenizações e multas.



12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.



14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 9881/2025

Ass.: _____ Fls. 43

2-